

Serviço doméstico: um outro olhar sobre a subordinação

Cinderela domesticada – gênero e reprodução da desigualdade na sociedade brasileira*

Por: Jurema Brites

1. Introdução

Analisando o mercado de trabalho feminino no Brasil, Bruschini e Lombardi (1999) indicam que as brasileiras têm se inserido no mundo do trabalho através de um duplo padrão. Por um lado, elas vêm conquistando importantes espaços (e garantindo seus direitos) em ocupações antes reservadas apenas ao público masculino, como a advocacia, a arquitetura, a medicina e a engenharia. Por outro lado, nas ocupações tradicionalmente femininas (como a enfermagem, o magistério) percebe-se a permanência de situações de extrema precariedade de condições de trabalho e de direitos restritos. O serviço doméstico é tomado como a ocupação mais expressiva deste que Bruschini e Lombardi chamaram de “pólo da precariedade”¹.

Os dados apresentados por Bruschini e Lombardi confirmam o que a literatura sobre serviço doméstico indica como a realidade para toda a América Latina e, muito provavelmente, para o Terceiro Mundo em geral. Numa perspectiva comparada, podemos ver que as taxas de crescimento do serviço doméstico são diretamente proporcionais aos índices de desigualdade econômica. Na Suécia, por exemplo, onde a distribuição de renda é muito mais igualitária do que nos Estados Unidos e que em muitos outros países de alto grau de desenvolvimento, o número de trabalhadoras domésticas é mínimo (o censo de 1990 encontrou **duas** empregadas doméstica em todo o país. Nos Estados Unidos, onde o serviço doméstico praticamente havia desaparecido, voltou a crescer com o aparecimento de uma categoria de mulheres executivas bem remuneradas Milkman, Reese e Roth (1998)²

A literatura sobre serviço doméstico é unânime em reconhecer a complexidade das relações de trabalho desta atividade profissional que se desenvolve no ambiente privado, apontando questões acerca da definição do que seja trabalho, das relações de poder entre as mulheres (paternalismo/maternalismo), dos laços de dependência, dos pagamentos extra-salariais, etc. (KOFES 1990, ROLLINS 1990, LEÓN 1993, entre outras). O que une os argumentos destes estudos é a percepção de que atitudes dos patrões em relação às empregadas domésticas tendem a ser pouco profissionais: burlam a concessão de direitos, substituindo-os por doações extra-salariais.

Ao realizar minha pesquisa de campo sobre serviço doméstico, defrontei-me com outra percepção do significado destes laços. Grande parte das empregadas domésticas por mim investigadas³ encontravam no serviço doméstico particularidades que o tornavam vantajoso em relação a outras ocupações. Para estas mulheres, as relações de trabalho formalizadas eram demasiadamente duras e impessoais, impedindo um jogo de negociações com os patrões, no qual suas demandas fossem atendidas. As empregadas, no contexto do meu trabalho de campo, encontravam no serviço doméstico, possibilidades de negociação inexistentes no mercado de trabalho formal. “Se eu trabalho numa firma e o meu filho adoecer, o patrão não vai me ajudar a comprar o remédio pro menino”, argumentava uma das informantes. Facilidades de negociar adiantamentos, faltas e até mesmo os

“presentinhos”, “as sobras do jantar”, “as roupas velhas” todos estes ganhos extra-salariais tão criticados pelos analistas acadêmicos eram destacados como ‘o que vale a pena’ no serviço doméstico.

O trabalho de campo colocava, como problema de pesquisa, a incongruência entre a representação da população investigada e as interpretações dos analistas acadêmicos, uma vez que as vantagens reconhecidas pelas empregadas da minha amostra, coincidiam com os elementos que os pesquisadores têm destacado como responsáveis pela manutenção da subordinação que o serviço doméstico acarreta: relações personalistas e clientelistas estruturadas na organização da família patriarcal

A partir desta “provocação” trazida pela pesquisa empírica, procurei traçar uma discussão com os estudos sobre serviço doméstico, onde o ponto de vista das pessoas investigadas existisse como plausibilidade lógica. Comparando estas perspectivas, pude perceber que aquelas análises acadêmicas, via de regra, pautavam-se em argumentos universalizantes e, por vezes, em teses já bastante criticadas pela literatura antropológica. A utilização da categoria gênero naquelas obras, marcadas pela demanda política dos estudos feministas, se limitava a explicar a subordinação feminina de forma ampla e inespecífica.

Logo acabei entendendo que os furtos imputados aos domésticos também apresentavam um panorama das tensões constitutivas do trabalho doméstico em nosso país. Entretanto, a possibilidade de traçar paralelos entre os presentes oferecidos pela patroa à sua empregada e os pequenos furtos apenas se concretizou quando me desloquei, enquanto observadora, da casa das patroas para a casa das empregadas. Na trânsito de coisas dadas, tanto quanto naquelas supostamente roubadas, pude ver uma mistura particular de afeto e antagonismo que espelha e reforça as relações desiguais de poder. Tratei este fluxo de objetos -- móveis, roupas, comida -- transferidos de uma casa para outra, como uma "transmissão de patrimônio".

2. Pequeno Balanço Crítico da Literatura sobre Serviço Doméstico

Teorias da Modernização - a falha evolucionista

O tema serviço doméstico começa a ter visibilidade nos anos 70 influenciado, por um lado, pelas teorias da modernização e, por outro, pelas discussões feministas. Na Sociologia norte-americana de então, o declínio do número de pessoas ocupadas com o serviço doméstico foi interpretado como o resultado do desenvolvimento tecnológico. A industrialização teria implementado uma diversificação produtiva tal que o mercado de trabalho para a doméstica teria tornado-se pouco atrativo, assim como as novas tecnologias teriam aliviado consideravelmente o fardo do trabalho doméstico, permitindo que a dona-de-casa, sozinha, pudesse executá-lo (COLLVER & LANGLOI, 1962; CHAPLIN, 1978, entre outros).

O impacto das teorias da modernização teve sua versão latina nos debates sobre a organicidade da dependência dos países periféricos às economias do primeiro mundo. Conforme a instrutiva leitura de Elisabeth Lobo (1991), será nas preocupações com a reprodução das desigualdades e das estratégias de sobrevivência trazidas por essa teoria que o trabalho feminino terá visibilidade acadêmica.

Os estudos sobre trabalho doméstico, a partir de então, apontaram as facetas arcaicas desta atividade profissional, a qual, na perspectiva destes autores, conjuga formas capitalistas de exploração do trabalho com velhas estruturas de dominação no âmbito da

família. As desigualdades políticas que sofrem as domésticas são relacionadas com as relações de trabalho baseadas em laços clientelistas. E, na base dessa subjugação, estaria a organização patriarcal da família. (SAFFIOTI, 1976; MOTTA, 1977, 1981; OLIVEIRA, 1981 e FARIAS, 1983; CHANEY & GARCIA CASTRO, 1993).

O que está pressuposto nestes argumentos é que a desigualdade seja incongruente com situações de modernidade, por exemplo, uma noção de que o desenvolvimento de novas tecnologias alterariam a distribuição do trabalho doméstica entre homem e mulher⁴. É possível notar, na produção das Ciências Sociais sobre o serviço doméstico, um certo desconforto dos intelectuais com as situações de desigualdade que o serviço doméstico engendra. Questões importantes sobre como gênero, classe e etnia entrelaçam disparidades de direitos são revelados nos textos. Porém a noção de desigualdade que a maioria destes autores articula se baseia em injustiças provenientes de um mundo tradicional (patriarcalismo/materialismo/clientelismo); as quais elidiriam-se com o desenvolvimento da modernidade.

Mais do que diferenças políticas entre homens e mulheres, a diferença econômica parece ser a marca da persistência do serviço doméstico. Realizando um trabalho comparativo das taxas de mão de obra envolvida no serviço doméstico Ruth Milkman, Ellen Reese e Benita Roth (1998) nos ensinam o quanto estas se relacionam com a desigualdade econômico-social. Um único exemplo me parece ilustrativo: enquanto os EUA empregam 1% da população feminina ativa no serviço doméstico, o Censo Nacional sueco de 1990 registrou o número absoluto de 2 mulheres empregadas em serviços domésticos.

O apego ao modelo de trabalho fabril

Tomando a coletânea *Muchachas...* como paradigmática, podemos retomar algumas análises para melhor caracterizar a perspectiva da obra. Embora as organizadoras remarquem a necessidade de um aprofundamento teórico, indicando que os trabalhos da coletânea têm um caráter “muito descritivo”, os artigos são permeados por uma preocupação com a definição do trabalho doméstico remunerado, o qual os autores unanimemente nomearam de “serviço doméstico”, numa alusão às discussões teóricas estabelecidas nas duas décadas anteriores sobre o lugar da venda desse trabalho dentro do sistema produtivo capitalista. Os artigos descrevem as formas de opressão que as empregadas sofrem na execução do trabalho doméstico, quando o tempo e a definição das tarefas é determinado unilateralmente pela patroa. Com este intuito, as análises sobre o serviço doméstico em *Muchacha...* acabam tomando o trabalho fabril como modelo para relações de trabalho. Thelma Gálvez e Rosalba Todaro, por exemplo, exploram assuntos interessantíssimos e pouco tratados sobre queixas entre patroas e empregadas a respeito do cumprimento das tarefas, entretanto, tomam o trabalho da fábrica como contraponto para caracterizar como abusivas as relações de trabalho no ambiente doméstico. Dizem as autoras:

“otra fuente de conflicto entre dirección e ejecución se relaciona con el uso de materiales en el trabajo: jabón, alimentos, petróleo, etc; porque es difícil establecer estándares de utilización; Por ejemplo, las proporciones en que se mezclan los alimentos son menos fijas que aquellas con que se fabrica una

sustancia industrial por lo que el derroche está menos medido aunque puede estar igualmente controlado” (GÁLVEZ & TODARO, 1993, p. 273)

As críticas realizadas nos artigos sobre o trabalho doméstico são calcadas no modelo taylorista-fordista da organização do trabalho (mesmo que poucos o citem diretamente) e a fábrica acaba por aparecer como espaço paradigmático - e, em certo sentido, desejável como referência para as relações de produção. Ou seja, sugere-se que a forma como as tarefas são prescritas e controladas no processo de produção fabril configuram relações menos ambíguas do ponto de vista dos antagonismos potenciais entre empregadores e empregados. Esse raciocínio tem como fragilidade sua dependência de uma visão simplificada e reduzida da experiência subjetiva do trabalho no espaço fabril - parece-se esperar que um grau considerável de consciência de classe derive de forma mais ou menos imediata da dimensão contratual e das características técnicas do processo de trabalho. Não menos questionável é a valorização positiva que transforma essa vivência de trabalho em inserção ideal para o indivíduo no mercado de trabalho: ao vínculo formal mais tipicamente capitalista estaria associada uma representação de maior dignidade ou bem-estar, dificilmente reconhecível na realidade operária dos países latino-americanos.

Não é apenas em *Muchachas...* que as condições de trabalho opressivas enfrentadas pelas empregadas domésticas são denunciadas. A denúncia é a tônica da maioria das publicações desde os anos 70 (SAFFIOTI, 1976; MOTTA, 1977; FARIAS, 1983; SANTOS, 1983, para citar os brasileiros). Concentrados na análise sociológica de exploração dessas mulheres, os autores acabam por não questionar até que ponto estão lançando mão de modelos explicativos que reificam conceitos e categorias historicamente determinados.

A origem da desigualdade

A submissão contida no serviço doméstico é identificada pela maior parte dos pesquisadores à origem patriarcal da sociedade moderna. A divisão sexual do trabalho, para todos estes estudos, é fruto de uma desigualdade ontológica entre homens e mulheres, a qual se complexificou na sociedade de classe pela sobreposição da exploração masculina à exploração produtiva. Este argumento estabelece uma dicotomia entre mundo público e privado ordenada pela diferenciação sexual, tomando por base a divisão social do trabalho nas sociedades industrializadas, nas quais se instalou a separação entre produção e consumo. Decorre daí a tese de que a subordinação feminina deve-se ao seu atrelamento ao trabalho doméstico⁵, identificado com o mundo da casa, da família, da domesticidade, das emoções em contraposição do domínio masculino do mundo da rua, do mercado, da objetividade.

O problema destes argumentos é que partem de pressuposições já desmontados, como a teoria da evolução da família monogâmica de Engels. Dentro de uma perspectiva evolucionista estas análises desconsideram, por exemplo, as particularidades etnográficas e históricas das organizações do parentesco, construindo modelos homogeneizantes tomando como parâmetro realidades muito próxima das representações dos próprios pesquisadores (CORREA, 1994).

É por isso que nestas pesquisas é comum o relacionamento homem/mulher tomar como base a família conjugal moderna. Zaíra Farias (1983), como muitos outros autores

que escrevem sobre este tema, faz uma esquematização da “relação entre os sexos” no mundo capitalista que se inicia através da formação do casal e daí segue nas já conhecidas separações entre público-mercado/privado-família. Muitas etnografias atuais têm demonstrado a pluralidade de organizações de parentesco na sociedade industrial, o que talvez possa utilizar estas análises (Fonseca, 1995).

Em *Between Women: Domestic and Their Employers*, Rollins transpõe o conceito de “paternalismo” para “maternalismo” para justificar a subserviência dos criados nestas relações assimétricas. A autora descreve o que ela chama “rituais interpessoais de dominação” envolvendo a mulher-patroa e a mulher-empregada, onde a dominação “maternalista” assume contornos afetivos. Assim sendo, Rollins acaba por restringir essas relações à empregadas e patroas, além de submeter relações observadas pontualmente à explicações generalizantes. Em 1985, época da publicação do livro de Rollins (década da maior parte da produção acadêmica sobre serviço doméstico), a discussão feminista colocando um acento na opressão feminina, impedia que se pensasse numa dimensão relacional que o conceito de gênero veio logo trazer⁶.

Em 1980, Rosaldo já havia revisado seus argumentos sobre a subordinação feminina, contemplando a idéia de se procurar explicações menos generalizantes e mais contextuais, onde, no lugar da causalidade primal se compreenda o significado que o lugar da mulher assume em formações sociais específicas. Joan Scott, em 1988, afirmava ser um falso problema buscar uma causa original para a subordinação das mulheres. Esse procedimento, segundo Scott, estava baseado numa premissa positivista que buscava estruturas determinantes de fenômenos similares. Ela propõe nesse artigo, trocar esse procedimento por uma análise compreensiva que construa significações. Como Carol Smith Rosenberg observou, estas teorias sobre a opressão universal da mulher, mesmo que busquem dar luz sobre a condição feminina, paradoxalmente acabam mantendo o “homem como o principal ator da história da mulher” (apud HILL, 1995, p.12).

Transmissão de patrimônio

Um simples passeio pelos cômodos das casas das empregadas domésticas revela uma quantidade enorme de móveis e utensílios que, em outro tempo, pertenceram às patroas.

Túlia trabalha há 28 anos como faxineira de um prédio em bairro de classe média de Vitória. Em virtude da sua condição de funcionária antiga, ela tem um relacionamento estreito com os moradores, para os quais presta serviços domésticos esporádicos, além de agenciar empregadas para os mesmos. Na casa de Túlia, quase tudo veio da casa de algum patrão ou amigo de patrão: os armários da sala vieram da casa de seu Darci, um viúvo para quem ela faxinava; as louças, os quadros e enfeites da parede, da casa de Patrícia que “entregou tudo para mim [Túlia] porque sabia que eu ia apreciar e cuidar”; o roupeiro de oito portas veio da casa de seu Arnaldo, “ele me deu quando reformou o quarto dos meninos”; as camas “eu comprei baratinho de um rapaz ali de Jardim Veneza. A patroa da mulher dele tinha dado pra eles e eu sabia que eles estavam apertados, fui lá e paguei baratinho”; o colchão de casal “a netinha do seu Pascoal mijou e ele jogou no lixo, eu fui lá e peguei pra mim”.

Muitos estudiosos têm mencionado esse tipo de troca, mas para fazer referência a um elemento de exploração utilizado pelos patrões que complementam ou substituem parte do salário pago à empregada com donativos. Compreender a troca de bens, que acompanha a prestação de trabalho doméstico, como transmissão de patrimônio tem a vantagem de pensá-la como algo que extrapola o sentido estrito da relação monetária, para incluí-la num sistema de comunicação, onde, além da coisa, significados sociais são transmitidos. A proposta de tratar esse “trânsito” de bens como “transmissão de patrimônio” (Neves, 1988), reside na idéia de que não são apenas bens materiais que estão sendo trocados nessa relação. Os objetos “não existem de forma autônoma. Enquanto ‘suporte material, físico, imediatamente concreto da produção e reprodução da vida social’, eles devem ser considerados como ‘produtos e vetores das relações sociais’” (MAGNI apud ULPIANO MENEZES, 1994, p.11).

Marcel Mauss (1974) estudando o direito e a religião maori, fala algo muito semelhante ao descrever o *hau*, o espírito, a alma de todas as coisas. O *hau* mantém o vínculo das coisas com o seu território nativo. Portanto, ele acompanha a coisa dada, até que ela possa regressar ao seu local de origem (MAUSS, 1974, p. 54-55). Para Mauss, a noção de *hau* revela que dar uma coisa é dar um pouco da alma residente nela e tem, como consequência, o estabelecimento de uma dívida que só é saldada com outro dom. Certamente, é uma noção semelhante à lógica do dom que inspira as patroas quando calculam o tipo de retribuição à qual têm direito em troca dos pequenos presentes oferecidos à empregada. Vide o caso seguinte: Uma das mulheres pesquisadas, considerada boa patroa, explicava por que sempre consegue boas empregadas: “Se eu vou redecorar minha casa, não vou vender essa mesa aqui, por exemplo, vou dar para minha empregada. Com ela, estou ganhando cinco anos de fidelidade, de dedicação dessa pessoa.”

A constatação desta patroa é confirmada pelas empregadas incluídas nesta pesquisa que, por unanimidade, reconhecem, nos presentes das patroas, uma das vantagens principais de seus empregos. É este o cálculo embutido na apreciação de Amélia, quando prefere continuar como doméstica, recebendo um salário e meio por mês, apesar de ter habilitação de manicure. Mesmo podendo multiplicar por 4 ou 5 vezes o seu salário, os ganhos como manicure não lhe garantiriam as portas de sua casa em construção, recebidas por ocasião da última reforma do apartamento de sua patroa, nem a geladeira duplex, os armários da cozinha ou o aparador de vidro fumê.

Além dos salários, os patrões dão coisas aos empregados, mas só aquelas que já perderam a utilidade no seu padrão de consumo. Raramente compra-se coisas novas para dar de presente para as empregadas, elas ganham aquilo que para a família empregadora não serve mais: sutiãs e calcinhas velhos, roupas que ficaram pequenas nas crianças, uma blusa que manchou, a geladeira usada, um enfeite que foi substituído, o que sobrou do almoço de domingo... Cabe tecer algumas reflexões sobre o que representa a noção de “coisas de segunda mão”.

No universo dos patrões que compuseram esta pesquisa, antes de destinarem coisas velhas ao lixo, pensavam em doá-las à empregada doméstica. Como os objetos não estão descolados dos contextos sociais onde eles existem, acompanha a dádiva a significação que ela assume socialmente. Com as coisas dadas, transita a lógica das relações sociais entre doador e donatários. Uma das mensagens veiculadas pela oferta de presentes é a da hierarquia social. Segundo esta ideologia, usam coisas de segunda mão pessoas socialmente indicadas: pessoas de “segunda classe”. As trocas, na esfera familiar, também existem, mas

elas estão condicionadas ao tipo de objeto repassado e sobretudo ao estado de conservação. Poderíamos pensar nas relíquias de família, onde se reconhece um *hau* (o espírito da coisa) no objeto transmitido através das gerações. Não se imagina alguma empregada “herdando” o relógio de parede da vovó. De qualquer forma não se oferece coisas velhas, que simplesmente descartaríamos para alguém superior.

A lógica do dom destinado à empregada aponta para a primazia/excelência do doador e de sua superioridade em relação a quem recebe (MAUSS,1974). Nos objetos oferecidos pelos patrões, vem acoplado o recado: primeiro eu uso, primeiro eu sento, primeiro eu como. Você usa o meu descarte, não senta no meu lugar, come depois o que sobrar. O lugar das coisas reflete o lugar social. Assim como a empregada ocupa, na casa dos patrões, espaços residuais, as coisas que ela ganha também são sobras. Podemos tirar, como consequência desta lógica, um primeiro princípio que pressupõe a dívida destas coisas: na relação entre doador e donatário, quem dá uma coisa de segunda mão ocupa um lugar superior na hierarquia.

Como o patrão repassa para seus subalternos coisas excedentes do seu consumo, associado ao primeiro princípio destes presentes (a definição de que o doador ocupa um lugar superior na hierarquia) pode-se depreender ainda outro: o de que a ascensão social dos subalternos depende da ascensão que seus próprios patrões possam vir a ter. A noção "quando eu melhorar, você receberá coisas melhores também" pressupõe que a desigualdade social entre as pessoas é uma situação natural e a hierarquia social permanecerá, mesmo que se desfrute de mobilidade social. A ascensão social dos pobres é representada como sendo dependente da relação com os seus superiores⁷

Não é por acaso que o grupo ascendente de empregadas domésticas é constituído, justamente, por aquelas que reconhecem mais visivelmente os códigos culturais dos patrões (procuram imitar seus padrões de consumos, por exemplo), como também são elas que trabalham para pessoas mais claramente paternalistas. Daisy Barcellos (1996), estudando a ascensão social entre negros em Porto Alegre, sugere que essa crença não é sem fundamentos. Relata que, entre seus informantes, em certas gerações, a estratégia de mobilidade ascendente do grupo estava vinculada a uma relação de fidelidade ao patrão: “ser negro de alma branca”, “ser reconhecido, grato”, “ser humilde”, “tirar proveito das relações com os superiores”, fazem parte do repertório legítimo para conquistar ascensão social. Estas são estratégias “racionalis”, segundo a autora, para obter espaço social: “Esses princípios são atrelados a uma base de obediência e lealdade ao branco superior, sem o quê a obtenção de vantagens ou benefícios, que em outras circunstâncias seriam normais, seria impossível considerando a ideologia paternalista da sociedade brasileira” (BARCELLOS, 1996, p.13-14).

Podemos supor que as empregadas capixabas, assim como as empregadas negras gaúchas descritas por Barcellos, fazem parte de um contexto em que "atrelar seu carinho" à família da patroa, desfrutando das coisas e ajudas extra-familiares não é, ao todo, uma estratégia completamente ineficaz para realizar um projeto de ascensão social.

Como se recebe

Depois de refletir qual o princípio do Dom, devemos pensar na sua contrapartida: como a coisa é recebida entre os subalternos. Um dos aspectos importantes é pensar o

significado das "coisas dadas" quando inseridas no seu novo ambiente. No Brasil, não são apenas os mendigos que vivem de restos, os pobres em geral se reproduzem mais facilmente porque sabem se valer desses recursos que sobram nas camadas da elite da sociedade⁸. Observando o cotidiano das empregadas domésticas em seus bairros, nota-se uma economia de reutilização que mantém a reprodução social desses grupos.

Na casa de Emen, por exemplo, o dinheiro minguou desde agosto. Dos R\$ 287,00 que arrecadava nos seus dois empregos temporários, hoje conta somente com R\$ 70,00. Seu filho, de 16 anos, recebe R\$ 50,00 por mês como montador de móveis. Ela lamenta que, logo nestes meses chuvosos, tenha que retardar a construção de sua casa, já que o barraco onde mora alaga todo ano nesta época, porque é construído num terreno de mangue. Como Emen, o marido e os dois filhos sobrevivem com aproximadamente R\$120,00. Ou seja, como uma família de quatro pessoas pode se sustentar com menos de um salário mínimo?⁹

Com uma renda média mensal aproximada de R\$ 420,00 por unidade doméstica, a sobrevivência das empregadas que entrevistei só é possível porque usam muito pouco dinheiro para atender às suas necessidades básicas: Emen, depois de dois meses, já havia conseguido, na Associação de Moradores, dois sacos de cimento para concluir o piso dos quartos do barraco. Terezinha, outra pessoa por mim entrevistada, passa no mercadinho da frente de sua casa, no final do dia, para ganhar os restos de verdura que comporão a comida das galinhas; Túlia, como a maioria de suas vizinhas, troca vales-transporte (que ganha no serviço) por leite, pão, verduras... Edilene explica que troca itens que excedem da cesta básica, por outros mais necessários, com a dona do supermercado do bairro. No meio desta economia de troca, os patrões desempenham um papel fundamental, não somente para a empregada, mas para toda a rede familiar dela. Túlia recebeu uma sacola de roupas da patroa da cunhada; Emília pediu para a patroa da tia uma mochila para sua filha. Como viver com tão pouco e ainda conseguir construir a casa própria, comprar "tanquinho" e som para a casa sem contar com as sobras das classes abastadas? E que maneira melhor para ter acesso a estas sobras do que passando pela patroa de alguém?

Coisas que não farão falta na casa dos patrões podem assumir outra vida na casa das empregadas. O descartado sofre uma atualização no novo ambiente. Um abajur quebrado pode servir de vaso, uma roupa manchada pode ser usada para as crianças brincarem no quintal, um sutiã velho pode servir mais uns anos para quem não gasta com aquilo que não aparece. Na reutilização que fazem de coisas inúteis para os patrões, as empregadas domésticas atribuem uma outra dimensão para o consumo. As coisas adquirem vida mais longa. Não se jogam coisas fora. Não é somente por miséria que se continua usando a cadeira sem encosto, mas sim porque ela ainda serve para sentar. Apesar de ter comprado um álbum de fotografias novo, Edilene ainda mantém aquele que sua patroa jogou fora - na lixeira - e que continua abrigando fotografias em sua casa.

Isso não quer dizer que essas pessoas estejam imunes aos apelos do mercado de consumo. Mas é justamente porque se ganha tantas coisas que os magros vinténs resultantes dos seus salários são suficientes para a aquisição de bens no mercado. Certamente, através dessa circulação de patrimônio, garante-se uma reprodução dos grupos populares brasileiros a custos tão baixos. Explica-se, dessa forma, o espanto dos analistas ante o milagre de uma população conseguir sobreviver com um salário mínimo.

A transferência de bens entre a casa da patroa e a casa da empregada tem, contudo, repercussões que vão muito além do aspecto meramente econômico. A maneira como algumas empregadas domésticas discorrem sobre o percurso de cada item que receberam de algum patrão demonstra que esta transmissão de objetos extrapola a dimensão econômica, fazendo lembrar a idéia de *hau* de Mauss (1974). Anteriormente, aludimos a esta noção maussiana para demonstrar que um significado acompanha as coisas, fazendo delas portadoras de nossas concepções e visões de mundo. Naquela parte do trabalho, chamávamos a atenção para a perspectiva patronal que, no ato da dádiva, acopla ao presente tanto a noção de que o doador é superior (porque tem algo a dar), quanto a idéia de que o mesmo é merecedor de deferências vindas da parte dos receptores (pois sua generosidade deve ser recompensada com subserviência). Já o espírito da coisa dada, na perspectiva das empregadas, assume dois sentidos: um diz respeito à manutenção da memória familiar das patroas através das histórias que os objetos continuam a contar na casa das empregadas. Outro, que analisaremos nas seções posteriores, refere-se ao lado menos harmônico da reciprocidade.

Assim, muitas destas mulheres, que durante anos de trabalho compartilharam da intimidade das famílias empregadoras, guardam consigo velhos objetos, móveis e roupas que lhes foram presenteados, e com eles as histórias dessas famílias. Túlia, uma dessas exegetas de sua própria cultura, reconhece a andança de cada móvel que coleciona na sua casa, guarda consigo o espírito de cada coisa:

Esta jarra aqui era da dona Leocádia. Tá vendo essa rachadurinha aqui? É antiga, e eu guardo ela nesta prateleira e não deixo ninguém tocar, nem pra tirar o pó. Só eu cuido dessas louças, todas elas ganhadas.

Através da análise das coisas dadas e recebidas, o pesquisador pode extrapolar o sentido material da relação, e estabelecer uma outra leitura da relação entre patrões e empregados domésticos. As coisas circulantes constituem-se na prova da dependência e da reciprocidade entre pessoas que se relacionam dentro de um sistema de desigualdade social. A maioria dos patrões que pesquisei não deixaria as pessoas que lhes sustentam o cotidiano e criam seus filhos sucumbirem à pobreza total. Complementam o salário que pagam com pequenos objetos, e até empréstimos ou abonos ocasionais. Em troca recebem prestígio e lealdade. Fazem assim reconhecer “suas virtudes” de bons patrões; os subalternos, entretanto, não fazem uma leitura ingênua da dádiva. Mantém os laços de reciprocidade, sem deixar de utilizar seus favores apropriadamente, valorizando os significados sociais embutidos na troca - generosidade, reciprocidade e esperteza, como é possível notar nos casos dos furtos que analisaremos a seguir.

O assassino é o mordomo

Uma vizinha bateu à minha porta no domingo de manhã:

Priscila: Ju, roubaram minha bicicleta!

Jurema: De onde?

Priscila: Lá debaixo do bicicletário. Advinha se não foi a “Dona” Túlia?

Jurema: Como você pode saber que foi ela?

Priscila: Quem mais tem a chave do bicicletário, Jurema!

Jurema: Todos os moradores do prédio, Priscila! Todos têm uma chave!

Priscila: Ah, Ju, você sabe. Ela não roubou da casa de Helinho? Uma vez quando mamãe foi viajar ela roubou uma garrafa térmica aqui de casa... Já fez antes, não é?

Jurema: Priscila, o teu irmão não mexe com revenda de peças de bicicletas?

Da mesma forma que, nas suas falas, as patroas ressaltam a generosidade com a qual regalam suas empregadas de donativos, queixam-se com bastante frequência dos pequenos furtos que estas cometem. Nesta transmissão, não inteiramente consentida, do patrimônio, encontramos, de certa forma, o lado avesso da circulação de bens pela dádiva. Sempre descrito como surpresa (“Imagina, peguei ela me roubando!”), como algo inadmissível, o furto é um fator, via de regra, detonador da indignação dos patrões e muitas vezes a gota d’água que pode até levar à demissão.

Entre as sete patroas entrevistadas, apenas uma disse nunca ter tido problema dessa natureza com as suas empregadas (embora tenha acontecido um “roubo” na sua casa, no qual uma de suas empregadas “roubou” outra). Ao longo do contato com as patroas, também observamos que não se tratam de experiências isoladas. Uma mesma patroa, em geral, vive essa experiência com inúmeras empregadas.

Por sua vez, nenhuma empregada jamais admite ter roubado. O “roubo” aparece nos seus relatos, na maioria das vezes, como acusação infundada feita pelos patrões ou, muito raramente, quando se admite conhecer algum caso de furto cometido por uma ou outra empregada doméstica. A autora do “roubo” é sempre alguém muito distante, se não desconhecida, de maneira que nenhuma suspeita possa recair sobre a narradora e a sua rede de amizades. Túlia, com experiência de 43 anos de serviço doméstico e pessoa central na sua rede de vizinhança (inclusive como agenciadora de empregos), admitiu apenas um caso em que foi acusada de ladra:

Túlia: Comigo aconteceu uma vez. Eu trabalhava para dona Norma e sumiu um anel dela: “Sumiu meu anel! Sumiu meu anel! Ele não podia ter desaparecido assim!”, tal e coisa, coisa e tal. A gente já sabe que estão desconfiando da gente. Eu trabalhava com outra menina, a Osmarina, que é cozinheira da dona Olga, sabe? Olha foi um fuzuê até a gente encontrar aquele anel! Eu, que tinha mais liberdade de mexer nos armários, fiquei um dia inteiro procurando até encontrar. Estava no bolso de um casaco que ela tinha saído. Esqueceu que botou ali e já foi a empregada que roubou, entende?

Jurema: E o que aconteceu depois?

Túlia: Eu disse pra ela que outra vez, antes de ir acusando a gente, ela deveria primeiro procurar bem. Depois sim, caso não encontrasse aí podia apertar a gente.

O mais importante aqui não é determinar se a empregada está ou não falando a verdade, mas perceber o quanto as empregadas reconhecem esse fato como ordinário, seja como acusação potencial seja como admissão da possibilidade de “roubo”. Essas narrativas

não indicam apenas uma instância discursiva, elas também inspiram pistas sobre práticas culturais.

O relato de Túlia é primoroso como indicador da sua sabedoria quanto a gramática social que envolve essas situações na cultura do país. Primeiro, ela expõe o fato mostrando que a constatação do sumiço de algo sempre denota uma acusação a algum subalterno. Segundo, ela inicia uma investigação, pois, como toda patroa, a de Túlia anuncia a falta de algo indiretamente, dando assim tempo para os empregados “acharem” aquilo que está desaparecido. Depois, Túlia diz ter encontrado o objeto, segundo ela, largado em qualquer canto pelos próprios patrões. Dessa forma, ela aponta para um desleixo dos patrões - talvez em função da pouca importância real que atribuem aos seus pertences (que sabem serem passíveis de substituição com certa facilidade); talvez por contarem demasiadamente com o trabalho dos serviçais para manter a ordem. Também, assim, exime-se de qualquer possibilidade de tornar-se suspeita. Finalmente, Túlia admite que muitas vezes as empregadas cometem um "roubo", e que, nesse caso, é legítimo os patrões exigirem, seja lá por quais meios forem, aquilo que lhes pertence.

Como no caso da bicicleta roubada de Priscila (no início da seção), as queixas de "roubo" feitas pelos patrões sempre aparecem como acusação. Quando qualquer coisa some dentro de casa, a suspeita já está confirmada: foi a empregada! Mesmo que muitas vezes a coisa venha a ser encontrada em um lugar esquecido, ou esteja sendo usado por alguém da família, esse “detalhe” não é incorporado no repertório dos patrões como referência para o próximo acontecimento. Acredita-se que é óbvio que essas pessoas roubam. Os exemplos desse fato não precisam ser buscados apenas no trabalho de campo, ele povoa nosso cotidiano. Jamais a possibilidade de "roubo" é aventada entre os membros da família, ele sempre é atribuído a um “estranho”.

Maria Suely Kofes (1991)¹⁰ analisa as acusações de "roubo" contra as empregadas domésticas como efeito da indeterminação do *status* que a empregada desfruta dentro da casa da patroa. Segundo a autora, a natureza do trabalho executado por empregadas no espaço doméstico é ambígua, na medida em que a casa é o *locus* por excelência da vida íntima, “organizada pelo parentesco com relações de afetividade, confiança, fidelidade e intimidade” (KOFES, 1991, p. 236). Assim sendo, é difícil definir que tipo de relação está se estabelecendo:

“Quando a empregada assume o trabalho doméstico sob assalariamento vai exercê-lo na unidade doméstica da patroa, onde realizará funções e papéis colados aos papéis e posições de trabalho atribuídos à mulher na ordem doméstica, os quais implicam dimensões complexas como afetividade e sexualidade. Ou seja, as funções que constituem este trabalho não são, na organização doméstica, apenas de ordem técnica. É significativo que sejam as patroas as que mais enfaticamente se encarregam de traçar as diferenças com as empregadas, porque é na sua ordem doméstica que a duplicação das mulheres é ameaçadora: confundiria os papéis sociais, quando o que é esperado seria apenas um desempenho de funções. Separação difícil”. (KOFES, 1991, p. 11).

A acusação de "roubo" contra a empregada nesse contexto, analisa a antropóloga, tem como efeito simbólico retirá-la de dentro das relações familiares.

É interessante pensar na empregada doméstica como um elemento perigoso, “poluidor”, nas palavras de Mary Douglas (1976). Entretanto, colocando essas queixas num contexto de trânsito de saberes e valores, talvez seja razoável sugerir a possibilidade as situações de "roubo" ou acusação de "roubo", representarem uma chance de diálogo entre patrões e empregados. É possível que a possibilidade do "roubo" atribuída aos pobres seja uma simples imputação de perigo, impureza ou patologia criminal. Por outro lado, a convicção de que “foi a empregada” pode ser decorrência de um reconhecimento tácito da extrema desigualdade que as separa dos patrões. Se, aos olhos dos patrões, as empregadas roubam sempre, não seria por que algo lhes falta para viver?

Um fato que me leva a crer que o "roubo" praticado por empregadas é, não somente, esperado, mas, tacitamente, aceito, é que, poucas vezes, uma situação de "roubo", mesmo quando ratificada, conduz a um desenlace jurídico ou policial. Por que, apesar de todas as acusações de "roubos" imputados a Túlia, ela continua a trabalhar por 23 anos no mesmo emprego? Por que, ao constatar o esvaziamento das prateleiras, as patroas queixam-se indiretamente, fazem menções, até mandam embora, mas raramente deflagram uma acusação contundente?¹¹

Um velho fazendeiro, patriarca rural, dava conselhos a sua mulher, desolada ante os pequenos furtos que sua empregada supostamente fazia:

Dona Belinha: Ela leva latas de azeite, creme de leite, papel higiênico....

Seu Beto: Faz parte, Belinha. Faz parte!

Carregamento de formiguinha: rebeldia, rivalidade e diversão no furto

Quando Claude Levi-Strauss esteve no Brasil desfrutou de alguns privilégios incomuns para um jovem professor em início de carreira. Um deles foi o de poder contar com os serviços de uma empregada doméstica. Sua memória privilegiada lembra que, infelizmente, teve que dispensar a moça, pois ela tinha o péssimo hábito de “pegar” as roupas de Dona Dina, sua mulher, para usá-las nos bailes de Carnaval. (Carta pessoal de Sandro José da Silva)

Minhas investidas no campo (em particular na casa das empregadas), assim como minha experiência de patroa, levaram-me a crer que essa anedota -- sobre as roupas desaparecidas de Dona Dina -- talvez não seja pura fantasia colonialista¹². Creio que não é de todo incomum uma empregada levar coisas da patroa, sem que esta tenha lhe concedido permissão. Porém, na maioria das vezes, são coisas insignificantes, em termos do padrão aquisitivo dos patrões: uma lata de ervilha, um sabonete, um pouco de feijão, sacolas de supermercado, alguns trocados. Parece com um “carregamento de formiguinha”.

Às vezes, algumas empregadas também levam emprestado temporariamente algo (uma roupa para um dia especial, calcinhas e sutiãs) que as patroas vêem desaparecer e voltar, depois de fazer alguma insinuação sobre o sumiço do objeto. Por isso, seria ingênuo

pensar no "roubo" como uma atividade para garantir a simples sobrevivência. Como, então, compreender essa atividade constatada com bastante frequência?

No meu diário de campo, tenho anotada uma narrativa de "roubo" contada pela manicure da patroa atingida:

Manoela: Sabia que a Edilene combinava os "roubos" com a Túlia? As duas, menina! Tudo combinadinho! A Maria da Penha (filha da patroa) foi na cozinha, depois do almoço. A Edilene já tinha limpado a cozinha e tava no tanque, lavando umas roupas. Maria da Penha encontrou um cacho de banana em cima do saco de lixo. Claro, como Túlia é quem recolhe o lixo do prédio, quando Túlia levava o lixo, passava o "roubo" para a outra, entendeu? Maria da Penha, se fazendo de besta, perguntou a Edilene: "Por que você vai jogar este cacho de banana sanzinho no lixo? Diz que ela ficou toda vermelha e veio com a desculpa esfarrapada que ia levar para Túlia almoçar. "Ora, Edilene, você sabe que mamãe não gosta que você pegue as coisas sem pedir. Por que não serve um prato de comida e Túlia vem comer aqui?"

Jurema: E o que aconteceu depois, mandaram ela embora?

Manoela: Não. Mas Maria da Penha tem horror de Edilene, né? Não sabe como a mãe agüentava tanto desaforo. Disse que tinha vontade de bater na cara dela (de Edilene).

Guiada pela texto O Grande Massacre de Gatos, de Robert Darton (1986), procurei respostas nos detalhes que não conseguia compreender do episódio narrado. O valor do objeto roubado descarta qualquer dimensão econômica como possibilidade de interpretação. Então, por que tanta indignação, a ponto de a moça querer bater na empregada, por um cacho de bananas? De outro lado, supondo que a interpretação da patroa é correta, por que as empregadas correm o risco de ser apanhadas por tão pouco?

É possível que a indignação da patroa esteja relacionada à sua sensação de impotência, pois as empregadas, neste caso, detêm um poder não negligenciável. Por trabalharem muitos anos no mesmo lugar, já adquiriram uma certa estabilidade no universo social do prédio. Ainda mais, a presença cotidiana da empregada, na casa dos patrões, possibilita que elas dominem grande número de informações sobre seus empregadores. Durante o trabalho de campo, desfrutando da confiança das empregadas, acabei conhecendo histórias de adultérios, de brigas familiares, de casos de abuso sexual de patrões com empregadas, entre outras coisas. Como a relação entre essas partes é sempre tensa, inclusive pelo não cumprimento dos direitos trabalhistas, o medo de que a roupa suja venha a ser publicizada, mantém certas questões empatadas.

A temeridade das empregadas neste caso particular, parece se dever, além da degustação das bananas, a um certo prazer do jogo. Edilene e Túlia são amigas de longa data. Foi Túlia quem conseguiu os empregos para Edilene no prédio onde trabalha como faxineira. Moram muito perto uma da outra e, nos momentos de aperto (uma briga conjugal, por exemplo), é na casa de Túlia que Edilene encontra amparo. Nos intervalos do trabalho, como muitas vezes pude observar, descem até o pátio do edifício para fumar um cigarrinho e conversar. Não é difícil imaginar que numa dessas ocasiões, a risada diga respeito às bananas furtivamente apropriadas. Roubar um cacho de bananas pode ser mais uma de suas oportunidades de diversão. Uma diversão com gosto de transgressão.

Poderiam pedir um prato de comida, é claro. Mas, para tanto, Edilene teria que transpor a barreira da vergonha e, humildemente, pedir um favor à patroa. O prato estaria repleto de "dádiva" e, com ela, a retribuição obrigatória. Roubando um cacho de banana, demonstram sua autonomia sobre aquela economia doméstica vigiada, corroem a confiança construída sobre o eterno merecimento, denunciador da subalternidade.

A construção relacional da moralidade do "roubo"

Fonseca (1993), em sua etnografia sobre grupos populares porto-alegrenses, mostra como a prática do "roubo" pode existir entre vizinhos e parentes, arrolando um sem número de queixas e precauções contra o "roubo" desencadeadas por seus informantes.

A autora interpreta esses fatos como um reconhecimento implícito de necessidade de redistribuição de riqueza entre as pessoas de situação humilde. Eu iria além de Fonseca para sugerir que esta concepção do mundo não existe apenas entre os pobres. No Brasil, condena-se o "roubo" ("Quem rouba um melhoral, rouba qualquer coisa"), mas reconhece-se, por outro lado, que "a ocasião faz o ladrão". Dependendo da situação, esta é uma lógica (encoberta) aceita na sociedade, em geral. Uma entrevista que realizei conjuntamente com duas patroas é reveladora:

Jurema: Eu fico um pouco confusa quando tenho que tratar sobre "roubos". Primeiro, porque é muito insignificante o que elas levam, depois porque quem de nós já não levou isto ou aquilo pra casa?

Pilar: Sabe que eu penso assim. Hoje eu não faço mais, mas quantas vezes não trouxe do escritório umas folhas de ofício, um atilhosinho que fosse. A gente pensa assim: "Não vai fazer falta, né?". Um carbono que a gente precisa: "Ah, só um, eu não vou comprar". Puxa, mas isso não é "roubo" também? A gente não considera, mas é?

Jandira: Eu não. Eu jamais carreguei uma coisa que não fosse minha! Sabe por quê? Eu tenho verdadeiro pânico que na saída alguém chegue e me pergunte: "Ô Jandira, o que é isso que você leva aí embaixo do braço?"

É significativo que, minutos depois dessa conversa, a filha de Jandira tenha entrado na sala pedindo à mãe folhas para desenhar. A mãe indicou para filha: "pega aquelas que a mamãe trouxe ontem da firma".

Assim como a fala das empregadas, o diálogo acima anuncia um campo de práticas de "roubo" na sociedade brasileira, que se distingue nas classes sociais não pela sua efetivação ou não, mas pela interpretação que cada grupo faz do mesmo¹³. Muitas empregadas domésticas sabem que não é somente elas que roubam, que a maioria dos patrões, apesar de não admitirem, também o fazem.

A Vingança de Nêmis: expressão performática das relações entre patrões e empregadas domésticas

Esses exemplos de narrativas de acusação mostram que, para além da assimetria de autoridade dessas relações, a acusação desferida pelos patrões, ou captada pelas

empregadas, indica um campo comunicativo entre as partes. A gramática das situações de acusação de "roubo" é dominada pelas partes envolvidas no conflito, quase como num ritual performático, onde o roteiro dos acontecimentos já é conhecido pelos atores e pela platéia. Um código de falas, gestos e práticas que, embora claramente manifesto, não é jamais explicitado, num acordo mudo entre as partes, sobre as relações de poder.

Repousa, nesse saber compartilhado, uma noção de uma sociedade hierárquica, onde a possibilidade de justiça é menos comprometida com a igualdade dos sujeitos do que com a relação de reciprocidade entre as partes. Ou seja, não se questiona a assimetria dos sujeitos, ela existe e é um fato do mundo. É baseado nessa desigualdade que a acusação de "roubo" pode ser feita aos subalternos. Entretanto, essa desigualdade não é uma relação simples de opressão dos dominantes sobre os dominados. Existe um espaço de negociação, onde o "roubo" cometido pelos subalternos é uma atitude presumível, intrínseca à relação de desigualdade social. Quando a patroa de Túlia estabelece um tempo para o objeto ser encontrado, quando Túlia também admite a possibilidade de que talvez alguma empregada tenha pego o anel, ou quando seu Beto compreende o furto de pequenas coisas como parte da relação de troca entre empregados e patrões, estão reconhecendo uma lógica de circulação de dons entre essas partes. Nesse sentido os pequenos furtos poderiam ser interpretados como a "Vingança de Nêmisís", um princípio moral expresso no esquema de troca-dádiva proposto por Marcel Mauss (1974), que denuncia o desequilíbrio entre a abundância de uns a e pobreza de outros. "A esmola é fruto de uma noção moral da dádiva da fortuna, por um lado, e de uma noção de sacrifício, por outro.....a Nêmisís vinga os pobres e os deuses do excesso de felicidade de certos homens, que devem desfazer-se dela" (MAUSS, 1974, p. 66)

Embora, durante meu trabalho de campo, esse assunto tenha sido extremamente recorrente nas falas dos patrões (e confirmado pelas empregadas domésticas), o "roubo" tem sido pouco analisado na bibliografia das Ciências Sociais. A literatura especializada sobre serviço doméstico, na América Latina, menciona brevemente a questão dos "roubos", remetendo-a à discussão sobre as condições desfavoráveis e injustas enfrentadas pelas servidoras domésticas. Nestas análises, o "roubo" assume uma única conotação: a de "acusação" dos patrões sobre as empregadas domésticas (CHANEY, CASTRO, 1993; KOFES, 1991).

As Ciências Sociais e a História têm tratado, numa referência mais ampla, questões sobre marginalidade, banditismo e violência, abordando esses temas como sintoma de "resistência" a uma lógica burguesa (FOUCAULT, 1979; HOBBSAWN, 1969; GINZBURG, 1987, entre outros). Em termos da produção nas Ciências Sociais brasileiras, Alba Zaluar (1985) é um dos poucos autores que aborda a questão. No seu estudo sobre trabalhadores e bandidos, esta autora se opõe a interpretações que propõem uma ideologia dominante demasiadamente avassaladora e monolítica, nas suas instituições de controle, além de não reconhecerem, na atitude dos "dominados", nada mais do que reações a estas estratégias de dominação. Em sua etnografia sobre os moradores do conjunto habitacional Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, Zaluar procura mostrar que as representações sobre o universo do crime, da violência e do poder destas pessoas são construídas a partir de suas experiências quotidianas e concretas ("ao invés de uma idéia abstrata de justiça ou democracia" 1985, p.140), num intrincado processo de identidade entre trabalhadores e bandidos que leva em conta gênero, idade, localidade e código de honra dificilmente

resumível a uma reação à moralidade dominante. Entretanto, quando analisa o “roubo” eventual, ou pequenos furtos” (inclusive citando o “aumento do "roubo" doméstico cada vez mais conhecido pelas donas-de-casa das classes abastadas” (nota 12, p. 171), remete, inexoravelmente, a discussão ao conceito de classe e à “revolta” resultante da paulatina pauperização a que é submetida a população trabalhadora no país.

As críticas de Zaluar (1985) se, por um lado, nos chamam a atenção sobre uma dimensão própria das ações dos grupos populares, por outro, acabam por reproduzir um discurso economicista já criticado por E. P. Thompson. No célebre artigo *A economia moral da multidão inglesa no século XVII* (1998), o historiador ilumina o reducionismo econômico das interpretações sobre os motins de subsistência, no século XVIII, na Inglaterra, mostrando que estas não se reduziam a “rebeliões do estômago”. Para ele, os motins dessa época podem ser analisados como uma forma de ação popular baseada em costumes tradicionais:

“É certamente verdade que os motins eram provocados pelo aumento de preços, por maus procedimentos dos comerciantes e pela fome. Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam o pão etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta. Embora essa economia moral não possa ser descrita como “política” em nenhum sentido mais avançado, tampouco pode ser descrita como apolítica, pois supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum – noções que na realidade encontravam algum apoio na tradição paternalista das autoridades; noções que o povo, por sua vez, fazia soar tão alto que as autoridades ficavam, em certa medida, reféns do povo”. (THOMPSON, 1998, p.152-153)

Thompson elabora uma ampla contextualização das relações de classe na Inglaterra setecentista, indicando hábitos e costumes tradicionais da economia moral dos plebeus, mostrando como os motins se organizavam, ante às transformações que a produção capitalista incipiente tentava implantar nas transações comerciais. A “resistência” popular, em Thompson, não é uma categoria presumida anteriormente ao exame das práticas dos trabalhadores. Antes, ela surge em situações particulares de enfrentamento com a aristocracia e o novo modelo burguês. Ao analisar as relações sociais num período de transição, o autor ressalta os significados das ações populares, anteriormente tratadas como mera mecânica da miséria.

Seguindo nesse caminho, em meu estudo, o "roubo" e as acusações de "roubo" são analisadas como partes constitutivas das relações de trabalho doméstico. Ao lado do salário e dos presentes oferecidos pelos patrões aos serviçais, o furto continuado que é efetuado (ou presumido) pelas empregadas, ilustra as ambigüidades das relações de classe que esse tipo de serviço acarreta na sociedade brasileira. O exame das anedotas sobre "roubo", recolhidas no trabalho de campo, permite ultrapassar os limites da “resistência” de classe, indicando uma configuração histórica, além do tipo de relação que se estabelece entre subalternos e os superiores, de atuação de uma população subalterna que não prescinde da relação com os grupos dominantes, nem se submete totalmente. O "roubo" oferece um

campo de comunicação entre as classes, nesse sentido, podendo ser pensado como expressão performática, espaço pedagógico das relações de poder no país.

As práticas de reutilização associadas com aquele “carregamento de formiguinhas” - os pequenos furtos de objetos buscados na casa dos patrões – parecem muito com as “apropriações diretas da mercadoria”, das “lascas”, “retalhos”, e “cortinas”, que conforme Linebaugh (1983), compuseram o sistema tradicional do modo de produção doméstico durante o século XVIII. Segundo este mesmo autor, quando o sistema monetário se implantou na lógica do sistema produtivo, os trabalhadores não aderiram com facilidade ao processo de trabalho que intensificava suas condições de exploração. Para extinguir aquelas práticas populares de complementação de renda, desenvolveu-se um duro sistema de punição que levou milhares de aprendizes à força.

James Scott (1985, 1990) -- sem dúvida, ele mesmo um herdeiro intelectual de Thompson --, nos ajuda ainda a ler estes acontecimentos como a luta sobre a delimitação das fronteiras entre o "roteiro público" e "roteiro encoberto", quando os subalternos aproveitam-se das brechas de um sistema de comportamentos bem demarcados para realizar suas jogadas. Estas -- com objetivos, em geral, imediatos -- nunca tomam a forma do enfrentamento direto, nem da rebeldia suicida, para obter algumas sobras da abundância dos ricos. Escolhem, antes, a falsa conformidade, a falsa deferência e, com maestria, procuram fazer os superiores morderem a própria língua, comprometendo-os dentro das próprias promessas implícitas, propostas em seus discursos. Aqui é necessário lembrar que, neste jogo tenso, entram elementos importantes, como o fato das empregadas conhecerem a privacidade de seus patrões e seus eventuais desvios de conduta moral. Entretanto, esses trunfos não são definitivos para garantir uma situação segura aos subalternos -- são cartas que, para serem eficazes, devem ser jogadas com muita sabedoria, obtendo pequenas vitórias, às vezes apenas uma gargalhada.

Jurema Brites, doutora em Antropologia, professora do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, Dayse. *Família e Ascensão de Negros em Porto Alegre*. 1996. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Doutorado – Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro)

BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. *A bi-polaridade do trabalho feminino no Brasil: o emprego doméstico e as "novas" ocupações*. Trabalho apresentado na ANPOCS, 1999 [texto digitado]

CASTRO, Mary Garcia. ¿Qué se compra y qué se vende em el servicio doméstico? El caso de Bogotá: una revisión crítica. In: CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs). *Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe*. Venezuela: Ed. EPU, 1993. p. 99-116.

CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs.). *Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe*. Venezuela, Ed. EPU, 1993.

- CHAPLIN, D. "Domestic services and industrialization". *Comparative Studies in Sociology*, n.1, p. 97-127, 1978.
- COLLVER, A. e LANGLOI, E. The female labour force in metropolitan areas: an international comparison. *Economic Development and Cultural Changes*, v. 10, n. 4, p. 367-385, 1962.
- CORREA, Marisa. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. IN: ARANTES, et al. *Colcha de Retalho*. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1994. p. 15-42
- DARTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ENGELS, Friederich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.
- FARIAS, Zaíra A. *Domesticidade: "Cativo" Feminino?* Rio de Janeiro: Achiamé/CMB, 1983.
- FONSECA, Claudia. Trabalho e cotidiano: o que condiciona o quê? *Estudos econômicos*, USP, v.22, p. 25-48, 1993a.
- _____. *Crime et Corps, Drame et Houmor*. Thèse de Doctorat d'Etat un Ethnologie, Université de Nanterre, 1993b.
- _____. *Caminhos da Adoção*. São Paulo, Cortez, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Vontade de saber (História da sexualidade I)* Rio de Janeiro, 1977.
- GÁLVEZ, Thelma e TODARO, Rosalba. Trabajo Doméstico Asalariado en Chile: no es un trabajo como otros. In: CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs) *Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe*. Venezuela: Ed. EPU, 1993. p. 269-280.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- HILL, Bridget. "Para onde vai historia da mulher?" *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, n. 14, p. 9-21, set/1995a.
- HOBBSBAWN, Eric. *Bandits*. Londres: Weindenfeld & Nicholson, 1969.
- IPEA. *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil de 1996*. Acessado em 13 de junho de 2002. Disponível na internet <http://www.undp.org.br/HDR/Hdr96/rdhb1-1.htm>.
- KOFES, Maria Suely. *Mulher: Mulheres. Diferença e Identidade nas Armadilhas da Igualdade e Desigualdade: interação e relação entre patroas e empregadas domésticas*. São Paulo, 1991, 379 p. Tese (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Doutorado – Universidade de São Paulo)
- KOFES, Suely. Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas. IN: ARANTES, A. A. et al. *Concha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 3 ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1982. p. 185-194.
- LEÓN, Magdalena. Trabajo Doméstico y Servicio Doméstico en Colombia. In: CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs) *Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe*. Venezuela, Ed. EPU, 1993. p. 181-302.
- LINEBAUGH, Peter. "Crime e Industrialização: a Grã-bretanha no século XVIII. IN: IN: PINHEIRO, Paulo Sergio (org) *Crime, Violência e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 102-141.
- LOBO, Elisabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 33, pp. 7-16, 1991.

MAGNI, Claudia Turra. *Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*, 1994. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Mestrado - Porto Alegre/UFRGS).

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: força e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*, Vol II. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974. p. 37-184

MILKMANN, REESE e ROTH. A macrossociologia do trabalho doméstico remunerado. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*. ano 4, n. 7, p. 143-168, 1998.

MOTTA, Alda Brito da. *Visão de mundo da empregada doméstica – (um estudo de caso)*. Salvador, 1977. 110 p. (Curso de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia).

NEVES, Delma P. *A transmissão de patrimônios: potencialidades metodológicas da situação extrema*. Associação Brasileira de Antropologia XXI Reunião: Vitória (ES). 5 a 9 de abril de 1998.

OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica a razão dualista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

ROLLINS, Judith. Entre Femmes: les domestique et leur patronnes. *Actes de la Recherche*, n. 84, p. 63-77, 1990.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos*. v. 1, n. 1, p. 11-36, 1995.

SAFFIOTI, Heleith. *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1976.

SANTOS, Ely. *As Domésticas*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1983. 203 p.

SCOTT, James. *Weapons of the Near*. Everyday forms of peasant resistance. Newtaven: Yale University Press, 1985.

_____. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven: Yale University Press, 1990.

SCOTT, Joan. Gênero. uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, Faculdade de Educação/UFRGS, v. 20, n. 2, p. 71-100, jul./dez. 1995.

THOMPSON, E. P. *Tradicion, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

* Este artigo foi publicado em 2004, sob o título “Serviço doméstico: um outro olhar sobre a dominação”, no livro *Gênero, Cultura e Poder*, organizado por Maria Regina Lisboa e Sônia Weidner Maluf.

¹No Brasil o serviço doméstico corresponde a um dos maiores contingentes da força de trabalho feminina (cerca de 27%) e onde se encontram as mais baixas remunerações. Em 1991, 72,5 % da categoria ganhava no máximo um SM. Desde lá esta situação tem melhorado nas grandes metrópoles do sul e do sudeste, onde 91% das empregadas domésticas ganham pelo menos um SM, mas a debilidade persiste nas capitais nordestinas. Como um todo para o Brasil, até 1995, 19% das domésticas, não perfaziam um rendimento maior que meio SM). A jornada de trabalho da doméstica não é delimitada por lei, em média ficando entre 40 a 50 horas de trabalho semanais, mas em Recife, Fortaleza e Salvador a média pode chegar a 49 horas. Os direitos trabalhistas ainda são limitados (sem FGTs e com menos de um quarto da categoria tem carteira de trabalho registrada) e valem pouco ante as relações clientelista de negociação do trabalho. Essas condições podem ser agravadas dependendo da região analisada e da inserção de recortes como raça e faixa etária.

² Em 1987, na Suécia, a parcela de renda auferida pelos 10% mais ricos da população era de 2,7% vezes maior do que os 10% mais pobres, enquanto, nos Estados Unidos, essa parcela era 5,9 vezes superior aos mais pobres (Milkman, Reese e Roth 1998: 153). Já no Brasil, os 20% mais ricos da população detêm 65% da renda total e os 50% mais pobres ficam com 12% (em 1960 essa relação era de 54% contra 18%). A renda média dos 10% mais ricos é quase 30 vezes maior que a renda média dos 40% mais pobres (<http://www.undp.org.br/HDR/Hdr96/rdbh1-1.htm>).

³ A pesquisa de campo antropológica foi realizada na Grande Vitória, ES . Meu trabalho de campo foi realizado em duas etapas. A primeira foi durante o ano de 1996 que, enquanto bolsista da Fundação Carlos Chagas, entrevistei 5 redes de patroas e empregadas. Na fase posterior, em 1998, concentrei minhas investigações em uma rede de empregadas domésticas, onde realizei pesquisa de campo clássica, quando passei a residir no bairro Jardim Carapina .

⁴ Outros pesquisadores mostraram que nem sempre o incremento do aparato tecnológico reflete uma mais justa divisão sexual do trabalho. Hill (1995) nos mostra que antes da introdução do fogões, na Inglaterra, o trabalho doméstico de aquecer, iluminar a casa era dividido entre homens e mulheres da família

⁵ Sobre esta discussão ver Chodorow , 1979.

⁶ Sobre o percurso do conceito de gênero ver (Costa e Bruschini, 1992, Fonseca, 1995).

⁷ Sobre atitudes semelhantes, em sociedades que Dumont chama de hierárquicas, ver Dumont (1977).

⁸ Sobre a organização da mendicância, ver Neves (s/d), Jardim (1998), Magni (1994).

⁹ Os dados são de 1996.

¹⁰ A tese de Kofes já está disponível em forma de livro, editada em 2001, pela Editora da Unicamp.

¹¹ Boris Fausto estudando os processos criminais em São Paulo na virada do século (1880- 1924), constata que apenas 5% do conjunto dos acusados de furtos e “roubos” eram identificados como domésticos. O autor pressupõe a baixa quantidade de processos registrados a propensão de resolver estes casos “no recesso do lar” (1984, p. 151).

¹² Trabalhar sobre este assunto é estar ciente das limitações metodológicas. Como o “roubo” jamais será admitido por parte das empregadas domésticas, busquei no conjunto de informações colhidas na pesquisa de campo subsídios para ler, nas entrelinhas das narrativas, algumas dimensões do “roubo” das empregadas.

¹³ Em uma conversa informal, com um alto funcionário de uma companhia aérea nacional, aprendi que não são pequenos os gastos da empresa na reposição de travesseiros, talheres e mantas que os passageiros costumam carregar para casa. Questionei-lhe sobre a atitude adequada aos comissários nessa situação: “são orientados para não dizer nada. Os clientes não devem ser constrangidos”. Lógica econômica ou vingança de Nêmis?